



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**28/01/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	3
2.2. SEM ASSUNTO.....	4 - 5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	6
3.2. SEGURANÇA.....	7
3.3. SEM ASSUNTO.....	8 - 9

# Agora é com a Justiça

**T**estemunhas, suspeitos e acusados de decidir, preparar e consumir o brutal assassinato do jornalista Décio Sá, em abril do ano passado, em um bar na Avenida Litorânea, começarão a depor hoje na 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. Depois da apuração, pela polícia, dos fatos que envolveram o caso, os responsáveis agora terão de relatar suas versões à Justiça, para que em seguida elas sejam avaliadas no julgamento que encerrará essa as providências contra essa violência que marcou para sempre a história da imprensa do Maranhão.

O jornalista Décio Sá, casado, pai de duas filhas, com uma trajetória brilhante como repórter de *O Estado* e um nome consolidado como titular do mais lido e mais influente blog mantido no Maranhão, foi assassinado de maneira brutal e covarde. Encontrava-se em um bar, na Avenida Litorânea, conversava ao telefone e preparava-se para jantar, quando foi covardemente executado por um matador de aluguel.

Décio Sá foi assassinado porque foi corajoso e exerceu o jornalismo com um grau de audácia pouco visto na profissão. Sem agredir, mas com linguagem firme, não fazia concessões quando tinha em mãos informações que revelassem desvios de dinheiro público. Fez dessa linha de ação uma identidade jornalística, que lhe deu respeito e prestígio, mas também atraiu a fúria dos bandidos que denunciava. As ameaças, no entanto, não o intimidaram, porque ele manteve sua dignidade, sua coragem e o seu senso jornalístico. Os bandidos não suportaram o peso das denúncias e resolveram eliminar o jornalista que não conseguiram intimidar.

O assassinato, negociado, programado, calculado e frio do jornalista chocou o Maranhão

e o Brasil. Primeiro pela brutalidade – tiros de pistola de grosso calibre, arma de uso exclusivo da polícia -, pela covardia – foi atingido primeiro pelas costas – e pela frieza do assassino. E depois pela revelação do que estava por trás do assassinato: uma rede de agiotas que explorava principalmente prefeitos corruptos e que estava incomodada com as revelações publicada no blog pelo jornalista.

Além do fato em si, chocou mais ainda a revelação de que os mandantes – os agiotas José de Alencar Miranda e Gláucio Alencar, pai e filho – contrataram, por intermédio de um bandido menor, conhecido como *Júnior Bolinha*, um matador que começa a se notabilizar como um psicopata de frieza extrema, que tira vida por dinheiro e por prazer. Todas as avaliações feitas até agora da personalidade de Jhonatan de Sousa Silva, natural do Pará, o identificam como um assassino extremamente frio, com traços que revelam sua personalidade de criminoso consciente e que em alguns momentos debocha das vítimas.

A eficiência da polícia, incentivada pela indignação da sociedade, resolveu o caso mais rapidamente do que muitos imaginavam. Jhonatan de Sousa foi preso numa operação de combate ao tráfico de drogas, mas acabou confessando ser o assassino de Décio Sá. Seus depoimentos levaram aos mandantes, que foram imediatamente presos. Agora, o caso chega à fase decisiva, quando a Justiça, depois do trabalho da polícia, finalmente dirá a pena de cada um dos envolvidos. Eles devem responder à sociedade por assassinato e agressão, já que enriqueceram às custas do dinheiro público que deveria ter sido usado para melhorar a vida dos cidadãos de municípios pobres.

**Os bandidos não suportaram o peso das denúncias e resolveram eliminar o jornalista que não conseguiram intimidar**

**A semana** começa a mil para o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior (na foto, com os diretores do TJMA Luiz Carlos Calvet, Sumaya Heluy e Rui Lima). Além de compromissos protocolares, na quarta-feira conduz sessão plenária do Tribunal e, no dia seguinte, inaugura moderno fórum em Pio XII. Obras, por sinal, não vão faltar no segundo ano de gestão do presidente. O Orçamento Judiciário de 2013 reserva R\$ 80 milhões para a rubrica. Estão garantidos a primeira etapa do novo fórum de Imperatriz e construção de outros fóruns, sedes próprias para 15 Juizados em São Luís, e o novo prédio da Esmam



**2** Começa hoje, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, as audiências – mais de 50 testemunhas – sobre a execução, em abril, do jornalista Décio Sá pelo pistoleiro Jonathan Sousa. Inicialmente, vão depor as testemunhas de acusação. Alguns jornalistas, blogueiros e dezenas de pessoas, inclusive clientes do Bar Estrela do Mar, e a viúva de Décio, Silvana Sá.

**3** Estão incluídas também para prestar depoimento o pistoleiro Jonathan Sousa, que cobrou R\$ 100 mil para matar o jornalista; o empresário e agiota Gláucio Alencar e o pai dele, José de Alencar Miranda, que teriam financiado o crime; Raimundo Charles Sales Júnior, o Júnior Bolinha, acusado de agenciar o matador; e o policial militar Fábio Aurélio Saraiva Silva.

**1** Em alguns municípios, os prefeitos recorreram à Justiça para reaver documentos surrupiados das prefeituras, que podem comprometer os ex-gestores. Em Barreirinhas, o prefeito Leo Costa vai recorrer à Justiça para tentar recambiar ao Erário R\$ 70,9 mil, sacado, por transferência eletrônica, do Fundo Municipal de Saúde, dois dias depois do término do mandato do antecessor Albérico Filho.

## Na marra

*Depois de Coroatá e Pinheiro, foi a vez de Zé Doca também recorrer à Justiça para confiscar documentos da prefeitura, em poder do ex-prefeito. Em Zé Doca, a polícia foi chamada para garantir o cumprimento de decisão judicial, mediante mandado de busca e apreensão de documentos na casa do ex-prefeito Raimundo Nonato Sampaio e de seus ex-secretários. O pedido foi feito pelo prefeito Alberto Carvalho Gomes.*

## Testemunhas do ‘caso Décio’ começam a ser ouvida pela Justiça nesta segunda-feira

O Tribunal de Justiça do Maranhão deve iniciar, nesta segunda-feira (28), as audiências de interrogatório das testemunhas arroladas no ‘caso Décio Sá’. Na semana passada, a Polícia Militar fez uma varredura na área que circunda o Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, visando garantir a segurança da audiência.

Durante quatro dias, 55 pessoas serão ouvidas pelo juiz Marcos Brandão Castro, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, onde tramita o processo.

O jornalista e blogueiro Décio Sá foi assassinado na noite de 23 de abril de 2012 no bar e restaurante Estrela do Mar, situado na Avenida Litorânea, na praia de

São Marcos, pelo matador de aluguel Jhonatan de Sousa Silva.

A partir desta segunda-feira, serão ouvidas 15 testemunhas por dia, até a quinta-feira (31). Todas as testemunhas são de acusação, arroladas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA).

No total, 13 pessoas são acusadas de envolvimento no crime, incluindo o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, que cobrou R\$ 100 mil reais para matar o jornalista; o empresário e agiota Gláucio Alencar e o pai dele, José de Alencar Miranda, que teriam financiado o crime; Raimundo Charles Sales Júnior, o Júnior Bolinha, acusado de agenciar o matador, e o policial militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, que teria cedido a armada usada no crime.

# Tribunal de Justiça do MA investe R\$ 15 milhões em segurança de dados

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) investiu R\$ 15 milhões em 2012 na segurança de dados judiciais. Desse valor, cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na nova Central de Processamento de Dados (Data Center).

Inaugurado em julho de 2012, o Data Center grava informações dos sistemas judiciais e administrativos, e tem capacidade para armazenar 58 terabytes de memória – o suficiente para guardar 50 milhões de páginas de documentos, ou o equivalente a 100 mil resmas de papel.

“É mais facilidade para os operadores do Direito e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos”, avalia o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A central de dados utiliza tecnologia de ponta que permite infinitas ampliações, prevenindo a expansão do processo eletrônico, com funcionamento

24 horas/dia dos sistemas judiciais e administrativos.

**Rede** – Os investimentos abrangeram a instalação da nova rede de dados do Judiciário em diversas comarcas, além do Juizado de Trânsito (na capital), Auditoria Militar, Ouvidoria, e dos Juizados de Bacabal, Timon, Grajaú, Amarante, São Francisco do Maranhão, Mirador, Tasso Fragoso e São Domingos do Azeitão. Houve aumento da capacidade de comunicação das unidades para 2 mbps (cerca de 4 a 8 vezes maior que a velocidade anterior).

O Tribunal implantou, ainda, os sistemas Themis SG WEB, o novo Portal do Judiciário, sistemas para marcação de consultas dos setores médico e odontológico, controle de veículos, auditoria de serventias extrajudiciais, tornando o atendimento administrativo e judicial mais ágeis.

“Modernizar os serviços judiciais é imprescindível. O Poder Judiciário vai investir

cada vez mais na capacidade da rede de dados para agilizar os serviços forenses e melhorar o atendimento de quem procura a Justiça”, garante Guerreiro Junior.

**Projetos** – Segundo o diretor de Informática Paulo Rocha Neto, em 2013 o TJMA investirá mais na unificação das bases de dados da Justiça de 1º Grau. “O objetivo é colocar todos os dados de processos de 1º grau em banco de dados único (hoje existe um para cada comarca). Isso permitirá a expedição de certidões online e facilitará a geração de relatórios estatísticos do Judiciário, além de trazer mais segurança”, explica.

Está prevista também para este ano a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), que possibilitará a virtualização dos processos judiciais. Outro projeto importante é o de Telefonia IP (VoIP), que permitirá a comunicação de voz entre as comarcas, com uso da rede do TJMA, sem custo de telefonia.

## *Deputado Manoel Ribeiro faz balanço dos trabalhos da CCJ*

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Manoel Ribeiro (PTB), fez uma avaliação positiva dos trabalhos no ano de 2012. “Batemos recordes. A comissão se reuniu toda semana e foi a que mais deu pareceres. Cumprimos nossa obrigação. Na Assembleia, fizemos o possível para fazer um Maranhão melhor; protestamos contra aquilo que deveríamos protestar e elogiamos o que merecia ser elogiado”, declarou.

Dentre os temas debatidos em plenário, Manoel Ribeiro destacou os protestos contra a morosidade na conclusão das obras de reforma do Aeroporto Marechal da Cunha Machado, em São Luís, bem como as denúncias sobre a situação do aeroporto da cidade de Barreirinhas, problemas que, na sua avaliação, causaram prejuízos às atividades turísticas do Maranhão.

Outro ponto polêmico destacado

por Manoel Ribeiro foi a duplicação da BR-135, cujo processo de licitação chegou a ser suspenso. No segundo semestre de 2012, a licitação foi retomada e concluída e as obras do primeiro trecho (Campo de Perizes) foram iniciadas. A postergação do cronograma de obras da Refinaria foi foco de lamento pelo deputado Manoel Ribeiro. “Isso leva sempre o Maranhão para trás”, avaliou.

Ao longo da Sessão Legislativa de 2012 (período de 1º de fevereiro até 22 de dezembro), a Assembleia Legislativa apreciou e aprovou 216 projetos de lei, sendo 176 de iniciativa do Poder Legislativo, 27 do Poder Executivo, 7 do Poder Judiciário, 5 do Ministério Público e 1 do Tribunal de Contas do Estado.

Dos projetos de lei aprovados e encaminhados à apreciação do Poder Executivo, 161 foram sancionados e se tornaram leis estaduais; 11 proposições foram vetadas pelo governo e 44 ainda não foram avaliadas.

## *Projetos alteram métodos de indicação de ministros para tribunais superiores*

As indicações de membros para os tribunais superiores têm provocado debates sobre a conveniência de novas regras para designação e avaliação dos candidatos. A insatisfação motivou no ano passado a apresentação no Senado de duas propostas, defendidas pelos autores como necessárias para tornar mais transparente e democrática a escolha dos integrantes da cúpula do Judiciário. As informações são do jornal O Povo.

Uma proposta de emenda constitucional (PEC 44/2012), que tem à frente o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que os ministros do Supremo Tribunal Federal passem a ser indicados pelo presidente da República a partir de lista sêxtupla composta por nomes sugeridos por diferentes instituições. Hoje o nome é escolhido diretamente pelo chefe do Executivo.

A lista sêxtupla seria composta por dois nomes indicados pelo Ministério Público Federal, por meio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); dois por indicação dos magistrados, no caso por decisão do CNJ; um pela Câmara dos Deputados; e um pela OAB.

A segunda proposta é um projeto de resolução do senador Pedro Taques (PDT-MT) que altera o regimento do Senado em pontos que se referem ao exame das indicações pela Casa. O objetivo é garantir que, nessa etapa, ocorra investigação mais rigorosa de aspectos da vida dos indicados tanto para o Supremo quanto para os demais tribunais superiores.